DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XXII Nº 4683
11 de Agosto de 2023
Sexta-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENADSEF

Governo condiciona proposta de reajuste para servidores a aprovação do 'arcabouço fiscal'

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou a entidades representativas do funcionalismo e centrais sindicais que a apresentação de uma proposta de reajuste para o conjunto dos servidores do Executivo Federal está condicionada à aprovação do PLP 93/2023, conhecido como 'novo arcabouço fiscal'. Dessa forma, a 3ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) terminou sem nenhum avanço na pauta econômica que tem no centro do debate a recomposição salarial e de benefícios, como auxílio-alimentação e plano de saúde, entre outros.

De acordo com o governo, enquanto não for aprovado um novo sistema, o que prevalece é a regra imposta pela EC 95/16, do Teto de Gastos. Nesse cenário, a possibilidade de reajuste ao funcionalismo se torna inviável, o que ainda segundo o MGI não é o que o governo pretende, mas é a realidade até que o novo arcabouço (PLP 93/23) seja votado.

Sem previsão para definição de uma proposta de percentual de reajuste, as reuniões da MNNP foram suspensas até 1º de setembro. Como há um prazo regimental para que o Executivo envie proposta para o orçamento do próximo ano até o dia 31 de agosto, as entidades sugeririram que na proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA) estejam definidas verbas para recomposição salarial, recomposição de benefícios e reestruturação de carreiras. Com isso, é possível seguir o processo de negociações em busca de consensos sobre os temas centrais em debate na MNNP.

Mesas específicas

Outra informação dada pelo MGI é que há uma determinação do governo para instalação imediata de duas mesas específicas: Funai e Agência de Mineração. No total, há pelo menos 60 pedidos para instalação de mesas setoriais. Segundo o governo, um mapeando das demandas está sendo feito, além da definição das prioridades do que discutir. A instalção das mesas deve ter início no dia 4 de setembro cumprindo esses critérios.

Além disso, o MGI informou que alguns itens da pauta não econômica seguem com debate avançado, incluindo definições sobre liberação de mandato classista e a discussão de uma unidade gestora para coordenar e atender aposentados e pensionistas do setor público.

O cenário mostra que as dificuldades existem e não serão poucas no processo de negociações com o governo. A ameça da reforma Administrativa, que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, insiste em querer trazer de volta, também está no radar. Mas todos os obstáculos não deverão ser impeditivos para cobrar atendimento de demandas urgentes. "Vamos ter que disputar no Orçamento os valores necessários para resgatar nossos direitos e avançar em nossas pautas", reforçou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Fonte: Condsef

SINDSEP Entrevista
ACOMPANHE O PROGRAMA NA TV ALTERNATIVA CANAL 19.1 AOS SÁBADOS 10:30 E REPRISE AOS DOMINGOS TAMBÉM ÀS 10:30 E EM NOSSAS REDES SOCIAIS TODAS AS SEGUNDAS A PARTIR DE 16H
sindsepmaranhao

Lei de Cotas é reformulada pela Câmara Federal

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei (PL) 5.384/20, que reformula a Lei de Cotas. A lei em vigor a respeito do tema determina que as cotas nas universidades federais devem ser revistas de dez anos em dez anos, prazo completado no ano passado. O PL, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), relatado pela sua colega de bancada Dandara (PT-MG), segue para votação no Senado.

O texto aprovado na casa legislativa reduz a renda familiar per capita para ingresso de aluno da rede pública pelas cotas, de 1,5 para um salário-mínimo, e prevê a inclusão de quilombolas no sistema de cotas. A proposta também altera o mecanismo para o preenchimento das vagas. Os cotistas passarão a concorrer pelas vagas gerais e, apenas quando não alcançarem o ingresso nessa disputa, a nota valerá para as vagas reservadas aos subgrupos (pretos, pardos, indígenas). A lei continuará a ser avaliada a cada intervalo de dez anos.

Em vigor desde 2012, a lei atual, nº 12.711/12, destina 50% das vagas nas universidades e institutos federais de ensino técnico a alunos vindos das escolas públicas. Metade delas são para estudantes de famílias que ganham 1,5 salário-mínimo ou menos por pessoa ao mês. São previstas cotas para estudantes pretos, pardos, indígenas e com deficiências.

Avanços

Para o secretário de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Almir Aguiar, "a iniciativa política que aprovou a revisão da lei de cotas na Câmara deixa a todos nós, das forças progressistas, muito felizes, pois além de tornar permanente a política de cotas, amplia a reserva e destina metade dessas vagas para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo, o que aumenta a oportunidade de mais pessoas ingressarem nas universidades".

O secretário de Relações do Trabalho da Contraf-CUT, Jeferson Meira, o Jefão, que é o responsável pelo acompanhamento dos projetos de interesse da categoria bancária no Congresso Nacional, avalia que "essa votação foi uma vitória emblemática, pois ocorreu de forma unânime na Câmara. Isso mostra que a maioria dos e das parlamentares compreendeu os avanços sociais, técnicos e culturais promovidos pela lei de cotas desde 2012".

Fonte: CUT

PL das fake news pode ser votado já na próxima semana

Após acordo na Câmara, novo parecer com a adição de outro projeto sobre direitos autorais deve ser apresentado no sábado. CUT, FNDC e entidades estão mobilizadas para pressionar parlamentares a aprovarem o PL.

Matéria em cut.org.be/noticias

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: João Carlos Lima Martins *Secretaria de Comunicação:* Joanilde Pires Pereira, Marcos José Costa Ferreira e Maria de Fátima Santos Moraes
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais*: Rafael Costa